

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001 / 2026

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001 / 2026 PARA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO, CUSTÓDIA, RESTITUIÇÃO E PREPARAÇÃO PARA LEILÃO DE VEÍCULOS RECOLHIDOS PELOS ÓRGÃOS DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ANEXO D – DIRETRIZES PARA A CONTRATAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

1. DA CONTRATAÇÃO

1.1. O VERIFICADOR INDEPENDENTE será contratado, sob o regime de direito privado, pela CONCESSIONÁRIA, até a data de apresentação do PLANO DE IMPLANTAÇÃO prevista no ANEXO B, a quem competirá arcar, integralmente, com os respectivos custos da contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE.

1.2. Para a contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE, a CONCESSIONÁRIA/ADJUDICATÁRIA deverá apresentar à ARSESP, como condição precedente para ASSINATURA DO CONTRATO, lista contendo pelo menos 03 (três) empresas ou consórcios de empresas para atuar como VERIFICADOR INDEPENDENTE, observados os requisitos dispostos neste item.

1.2.1. A ARSESP, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da apresentação da lista pela CONCESSIONÁRIA/ADJUDICATÁRIA conforme previsto pelo item 1.2, deverá homologar as empresas e/ou os consórcios de empresas indicadas para atuar como VERIFICADOR INDEPENDENTE que atendam aos requisitos previstos neste ANEXO e no CONTRATO.

1.2.2. A ARSESP poderá, de forma justificada, excluir da seleção empresas e/ou consórcio de empresas que tenham conflitos de interesse com a execução do objeto do CONTRATO, de modo a comprometer sua independência e imparcialidade, assim como aquelas que não cumpram algum outro requisito para contratação previsto neste ANEXO.

1.2.3. Caso a ARSESP rejeite integralmente a lista de indicações apresentada pela CONCESSIONÁRIA/ADJUDICATÁRIA ou homologue menos que 03 (três) empresas ou consórcios de empresas, a CONCESSIONÁRIA/ADJUDICATÁRIA deverá apresentar outra lista com indicações complementares, e assim sucessivamente, até que a ARSESP realize a homologação de um número mínimo de 03 (três) empresa(s) ou CONSÓRCIO(s) de empresas para desempenho da função de VERIFICADOR INDEPENDENTE, recontando-se o prazo inicialmente estabelecido nesta subcláusula, a partir da rejeição da ARSESP.

1.2.4. A rejeição, pela ARSESP, das opções de VERIFICADOR INDEPENDENTE indicados pela CONCESSIONÁRIA/ADJUDICATÁRIA, deverá ocorrer sempre de maneira motivada e fundamentada, mediante a indicação do(s) requisito(s) não atendido(s) pelas indicações da CONCESSIONÁRIA/ADJUDICATÁRIA.

1.2.5. Caso sejam homologadas ao menos 03 (três) empresas ou consórcio de empresas, considerando, inclusive eventuais indicações complementares que se façam necessárias, a ARSESP deverá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos contados da homologação mínima exigida, escolher, por meio de sorteio, uma das empresas ou consórcio de empresas para que seja contratada pela CONCESSIONÁRIA na respectiva função de VERIFICADOR INDEPENDENTE.

1.2.6. Havendo a ARSESP se manifestado, elegendo a empresa ou consórcio de empresas para desempenhar a função de VERIFICADOR INDEPENDENTE, a

CONCESSIONÁRIA deverá comprovar a formalização da contratação dentro dos 30 (trinta) dias que se sucederem àquela manifestação.

1.2.7. Caso a ARSESP não se manifeste no prazo estipulado nesta subcláusula, a CONCESSIONÁRIA/ADJUDICATÁRIA fica autorizada a selecionar e contratar uma das empresas ou consórcio de empresas que foram homologadas pela ARSESP, no prazo de até 30 (trinta) dias do esgotamento do prazo previsto nesta Subcláusula.

1.2.8. O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá atender aos seguintes requisitos:

- I. ter completa imparcialidade e não estar em situação de conflito de interesses em relação às PARTES do CONTRATO, bem como não ter celebrado contratos com a CONCESSIONÁRIA ou com o PODER CONCEDENTE nos últimos 2 (dois) anos ou possuir contrato vigentes com qualquer deles, salvo na condição de verificador independente ou assemelhado;
- II. não ser controladora, controlada ou coligada e não estar sob controle comum em relação à CONCESSIONÁRIA ou pertencer ao seu grupo econômico ou de seus acionistas;
- III. ter comprovadamente executado serviços de características semelhantes em projetos compatíveis com o objeto do CONTRATO;
- IV. apresentar plano de trabalho demonstrando a metodologia a ser aplicada na condução dos trabalhos de aferição do desempenho da CONCESSIONÁRIA no cumprimento do CONTRATO como condição para a assinatura do contrato de prestação de serviços com a CONCESSIONÁRIA; contar com equipe técnica de especialistas de nível superior, qualificados profissionalmente em áreas relacionadas com a atividade de exploração do objeto do CONTRATO.

1.2.9. Consideram-se serviços de características semelhantes de que trata a Cláusula 1.2.8, III, a execução dos seguintes serviços: (i) gestão e verificação de indicadores de desempenho ou performance, abrangendo a definição, implantação, aferição e monitoramento/acompanhamento de uma estrutura de gestão de um conjunto formado por, no mínimo, 05 (cinco) indicadores de desempenho de uma determinada atividade ou conjunto de atividades de um cliente, considerando o monitoramento da evolução histórica de tais indicadores; e (ii) auditoria, correspondente à execução de análise de demonstrações contábeis e financeiras, cujo objetivo tenha sido averiguar se elas estão de acordo com as disposições planejadas e/ou estabelecidas previamente.

1.2.10. A experiência do VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá ser realizada por meio de atestados que comprovam a execução dos serviços estabelecidos na subcláusula 1.2.8, III.

1.2.11. A experiência requerida do VERIFICADOR INDEPENDENTE poderá ser comprovada pela própria empresa ou consórcio de empresas, ou pelos membros da equipe técnica vinculada.

1.3. A capacitação técnica dos integrantes da equipe do VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá ser acompanhada de:

- I. declaração de cada profissional indicado concordando com sua inclusão na equipe;
- II. currículo de cada profissional indicado contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome completo, data de nascimento, nacionalidade, função proposta, vínculo, histórico profissional completo, instrução, cursos de extensão, pós-graduação, discriminação dos serviços ou projetos de que participou com identificação do cliente; e
- III. declaração de que atuará com imparcialidade e independência técnica em relação às PARTES do CONTRATO, observado o disposto na subcláusula 1.2.8, I.

1.4. Não poderá ser contratada como VERIFICADOR INDEPENDENTE a pessoa jurídica e/ou consórcio:

- I. que se encontre em cumprimento de pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração direta ou indireta do Estado de São Paulo, nos termos do inciso III e § 4º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- II. que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer ente federativo, conforme previsto no inciso IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- III. que tenha sido condenada, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no artigo 10, da Lei Federal nº 9.605/1998;
- IV. que tenha registro de sanção, com efeito impeditivo de participação em licitação ou de contratação, nos cadastros a que se referem o artigo 22 da Lei Federal nº 12.846/2013;
- V. que tenha sido proibida pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, de Lei Federal nº 12.529/2011;
- VI. que esteja proibida de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art.72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;
- VII. que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12, da Lei Federal nº 8.429/1992;
- VIII. que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

IX. que tenha sido suspensa temporariamente, impedida ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;

X. que possua contrato vigente com a CONCESSIONÁRIA, salvo na condição de VERIFICADOR INDEPENDENTE neste CONTRATO, em caso de renovação;

XI. que seja PARTE RELACIONADA da CONCESSIONÁRIA ou de seus acionistas diretos e/ou indiretos;

XII. que estiver em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, salvo se comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, bem como de insolvência, administração especial temporária ou intervenção, e ainda, cuja falência tenha sido decretada por sentença judicial;

XIII. que seja controladora, controlada ou coligada, estar sob CONTROLE comum em relação à CONCESSIONÁRIA, pertença ao seu GRUPO ECONÔMICO ou de seus acionistas;

XIV. que esteja submetida a liquidação, intervenção ou Regime de Administração Especial Temporária – RAET ou com falência decretada; e

XV. cujos sócios tenham participação direta ou indireta na administração ou no quadro societário da CONCESSIONÁRIA.

1.5. O VERIFICADOR INDEPENDENTE gozará de total independência técnica para realização dos serviços contratados, sendo que a mera discordância quanto ao conteúdo do seu trabalho não ensejará a aplicação de quaisquer penalidades, atrasos ou descontos sobre sua remuneração.

1.6. O VERIFICADOR INDEPENDENTE, no exercício de suas atividades, realizará as diligências necessárias ao cumprimento de suas funções, realizando levantamentos e medições de campo e colhendo informações junto às PARTES, devendo ter, para tanto, acesso a todas as informações, sistemas e documentos relativos à CONCESSÃO.

1.7. A CONCESSIONÁRIA poderá, a cada ciclo anual de verificação, propor à ARSESP, justificadamente, a substituição do VERIFICADOR INDEPENDENTE contratado dentre as empresas ou consórcios de empresas remanescentes na lista homologada ou seguindo as diretrizes de contratação previstas pelo ANEXO D.

1.7.1. Anualmente, com ao menos 20 (vinte) dias de antecedência à data de entrega do relatório produzido pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE acerca da aferição anual dos INDICADORES DE DESEMPENHO, a CONCESSIONÁRIA poderá apresentar novas indicações de empresas ou consórcios de empresas para atuação como VERIFICADOR INDEPENDENTE para homologação pela ARSESP, em complemento aos já homologados.

1.7.2. A relação de empresas ou consórcios de empresas homologados será válida a partir do ciclo anual de verificação imediatamente posterior àquele no qual realizada a homologação pela ARSESP pelo período em que perdurar a homologação.

1.8. O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá ser substituído por outro constante da lista homologada pela ARSESP ou seguindo as diretrizes de contratação previstas neste ANEXO, se, no curso do CONTRATO, deixar de atender aos requisitos indicados por este ANEXO.

1.8.1. A ARSESP terá a prerrogativa de determinar à CONCESSIONÁRIA a substituição do VERIFICADOR INDEPENDENTE, mediante justificativa técnica e fundamentada, observada a escolha por empresas ou consórcios de empresas na lista homologada.

1.9. A substituição do VERIFICADOR INDEPENDENTE não o exime das responsabilidades até então assumidas.

1.10. A contratação e remuneração do VERIFICADOR INDEPENDENTE será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, sem ônus ao PODER CONCEDENTE ou à ARSESP.